

Assistência médica para todos, questão de justiça

A Comissão encarregada de apresentar Estudos sobre Alternativas de Plano de Saúde para o TRT12 reuniu-se no dia 24 para sistematizar o relatório que será apresentado à Administração nesta semana.

Pesquisa realizada por Washington Luiz Moura Lima, Assessor Econômico do SINTRAJUSC, mostrou que o TRT12 aparece nas últimas colocações orçamentárias em relação à verba para a assistência médica do servidor. Por isso a Comissão de Saúde, criada em 2009, busca apontar alternativas para o grave problema da disparidade orçamentária entre o Tribunal catarinense e os demais TRTs.

ORÇAMENTO SÓ PIORA

Nos dias 3 e 4 de fevereiro, o Coordenador do Sindicato Paulo Koinski e os membros da Comissão Fernanda Gomes Ferreira, Cláudia Voigt Espínola e Jacson Alexandre Pereira estiveram em Brasília para verificar como está a situação da saúde nos Tribunais Superiores. O fato é que a situação em SC, que já é ruim, tende a piorar neste ano com o novo corte anunciado pelo CSJT no orçamento geral do TRT12, de 17,88%, enquanto a média nacional

de corte é de 6,39%.

Durante a visita, verificou-se certa discrepância orçamentária entre os TRTs do país, pois existem situações de grande satisfação

com a saúde na maioria dos estados enquanto que em Santa Catarina o plano de saúde do TRT12 atende apenas um terço dos servidores. "Se a maioria dos estados pode ter planos de saúde que contemplem suas necessidades, porque nós sofremos tanto, na busca de uma verba digna e satisfatória, para a aplicação de um plano de saúde que atenda dignamente os servidores do interior e da capital?", questionou Koinski.

Baseado nisso, o diretor geral do TRT12, Luiz Fernando de Andrade Blanco, pediu que fosse elaborada documentação com exposição técnica de motivos, conforme o padrão exigido pelo CSJT. "Desde que eu assumi a Diretoria Geral, sempre quis deixar bem claro que a saúde é prioridade, e agora estamos empenhados

Míriam Santini de Abreu



Comissão apresentará relatório nesta semana

nessa missão, para satisfazer, de igual para igual, todos os servidores de Santa Catarina, interior e capital", disse o diretor.

Com a exposição técnica pronta, em nova viagem a Brasília o Diretor Geral do TRT12 e Fernanda Gomes Ferreira se reuniram com o presidente do CSJT, ministro Milton Moura de França. "Fomos bem diretos. Junto à exposição de motivos foi entregue um ofício com um pedido de 2,5 milhões, pois nossa situação é de extrema urgência. Temos uma dívida de R\$ 5 milhões, só tenho R\$ 2 milhões. 'O que eu faço', perguntei", conta Luiz Fernando.

A resposta foi a de que não há verba, mas o objetivo é mudar essa realidade para que se consiga mais recursos para a saúde.

Saúde dos servidores não pode depender de "pires na mão"

O Sindicato questiona há mais de um ano a assistência médica e o plano de saúde do TRT12, tanto do ponto de vista do não-atendimento ao interior do estado quanto da dotação orçamentária. Desde a reunião de 4 de abril, na sede do social do SINTRA-JUSC, até a metade de 2009, foram feitas diversas reuniões com a Administração anterior do Tribunal. Diante da falta de resultados, foi elaborado um abaixo-assinado que sensibilizou aquela Administração, provocando a criação da Comissão.

O atual presidente do Tribunal disse estar consciente dos problemas provocados pela falta de atendimento no interior do estado, pois já foi presidente da Amatra e corregedor do TRT e afirmou saber como a busca de soluções é importante para os servidores e magistrados.

Até agora, vários modelos de gestão da assistência médica foram estudados pela comissão. Quanto à questão orçamentária, o Sindicato solicitou ao Assessor Econômico Washington Luiz Moura Lima um levantamento sobre a evolução orçamentária dos demais TRTs nos últimos anos, tanto a geral como a

específica, para assistência médica.

O resultado foi a constatação de que já somos o último TRT do Brasil em um quesito e estamos mal em muitos outros.

Com base nestes dados orçamentários, o Sindicato busca, com a nova Administração do TRT12 e o CSJT, uma maneira diferente de gerir o orçamento dos tribunais, independentemente da força política dos estados na briga por orçamento. Esta argumentação tem tudo a ver com o objetivo maior da criação do CNJ, que é a uniformização do judiciário brasileiro.

A tarefa é grandiosa, mas fundamentada em critérios justos porque propõe libertar as administrações regionais da Justiça do Trabalho da tarefa de correrem com o "pires na mão" em busca de orçamento todos os anos, competindo entre si numa briga fratricida em que a única força motriz é a força política de seus representantes, pois nada justifica que o TRT de Santa Catarina ocupe os últimos lugares em orçamento. O Sindicato irá informar os servidores sobre o resultado do trabalho da Comissão.

Orçamento diminui e passa a ser o pior

Segundo o levantamento do economista Washington Lima, o Projeto de Lei do Orçamento Geral da União para 2010 para o TRT12 destinou R\$ 2,123 milhões para a Assistência Médica e Odontológica. Em 2009, o orçamento autorizado foi de R\$ 2,585 milhões. Assim houve uma REDUÇÃO entre 2009 e 2010 de R\$ 462 mil, ou menos 17,88%. Ocorreu também uma redução no orçamento total da Justiça do Trabalho, que passou de R\$ 130,8 milhões para R\$ 122,4 milhões, diminuição de R\$ 8,3 milhões, ou 6,39%.

Conforme os anexos do Projeto de Lei do Orçamento Geral da União de 2010, o Tribunal tem 1.496 servidores ativos e 458 aposentados e pensionistas, totalizando 1.954 servidores. Também conforme os anexos do mesmo PL há 5.076 beneficiados da Assistência Médica, ou seja, servidores e seus dependentes legais. Dividindo o orçamento de R\$ 2,123 milhões pelo número total de servidores ativos, aposentados e pensionistas, a média anual de gastos é de R\$ 1.127,65 e mensal de R\$ 93,94. Essas médias colocam o TRT da 12ª Região com o SEGUNDO PIOR orçamento médio por servidor da Justiça do

Trabalho, tendo abaixo apenas o Mato Grosso, com orçamento médio menor por servidor.

A média nacional da Justiça do Trabalho é de R\$ 207,08. Portanto a 12ª Região deveria ter um aumento médio por servidor de R\$ 113,14 ou de 120,44% na dotação para equipará-la com o valor médio nacional. Na relação de orçamento médio por beneficiado, a 12ª Região está com o PIOR orçamento da Justiça do Trabalho, e possivelmente de todo o Judiciário Federal. O Tribunal deveria ter um aumento de 149,27% na dotação - mais que o dobro do valor atual, para que seu orçamento fosse igual à média nacional.

O estudo avalia que o aumento na dotação é possível: "A Lei Orçamentária permite durante o ano realizar remanejamento no orçamento, tanto das dotações do Tribunal de Santa Catarina, como também do Tribunal Superior do Trabalho - TST, que costuma concentrar grandes sobras orçamentárias, tanto nas despesas de pessoais como nas despesas administrativas e de benefícios sociais".

Leia o estudo completo na página do Sindicato.